

Barbosa Lima Sobrinho *

A última sessão do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa não pôde deixar de revelar sinais de inquietação, em face dos pronunciamentos do presidente José Sarney, na longa entrevista divulgada pela Televisão Bandeirante. Não foi tanto a veemência das palavras, como o tom de suas referências ao papel da imprensa, na crítica ao seu governo e, sobretudo, ao vulto de suas comitivas, nas viagens ao exterior. E algumas frases não conseguiram ocultar alguma coisa de ameaçador, quanto à atividade das folhas que o censuram. Por sinal que S. Ex.^a, se queixa de identificação entre os jornais e a mídia, como se não fosse isso até mesmo um dever dos pronunciamentos jornalísticos. Não seria mais grave se se alegasse a separação entre as censuras da imprensa e a opinião pública de todo o país?

Mais sério nos pareceu a referência ao que se considerou a falta de autoridade da imprensa para falar em nome do contribuinte, uma vez que recebe incentivos fiscais, não pagando imposto sobre o papel importado do estrangeiro. Não envolvem essas palavras alguma ameaça, com a retirada do incentivo, à liberdade de imprensa, quando a isenção vale por estímulo ao exercício do jornalismo e à segurança das empresas que vêm, na isenção, uma espécie de recompensa pelo trabalho de informar?

A experiência brasileira, no caso, não é muito animadora, pela recordação de governos passados. Acreditamos que não foi essa a intenção do presidente José Sarney, mas é o que se pode deduzir das palavras de sua entrevista. Entre governos e a imprensa sempre existiu uma certa incompreensão, que precisa ser esclarecida. Os governos não abrem mão de elogios e louvores. A função da imprensa é eminentemente crítica. Ai dos jornais que se esmerarem na apologia! Entram logo para a categoria do aulicismo, que costuma ser um brevíssimo contra a popularidade, o que vale dizer contra a circulação dos jornais. Se a isenção tivesse, como condição, a função de louvaminheiro, não seria conveniente aos próprios jornais.

Embora existam também limites para o pronunciamento da imprensa, na própria concordância do público. Críticas absurdas ou apaixonadas caem imediatamente no vazio, comprometendo mais a folha que as divulga do que a autoridade a que se reportam. Há de haver, por parte dos governantes, a necessária compreensão de que a função dos jornais é uma função de crítica, de solicitar a atenção das autoridades para aspectos dos problemas que talvez lhes tenham escapado. Pedro II tinha para isso uma explicação irresponsável. Não fossem os jornais, quem lhe ofereceria condições para acompanhar a ação de seus ministros e de seus auxiliares em geral? A imprensa, pois, tem a função de auxiliar da autoridade, mesmo quando exagera na crítica ou radicaliza nas observações.

Daí, porém, uma irreductível incompreensão. O governo quer ser louvado, o jornal não pode deixar de criticar. Não demora sair daí para considerar a imprensa como inimiga. Nos Estados Unidos, como em qualquer outro país, são raros os governantes que não se queixem da imprensa, ou até mesmo dos partidos políticos que não lhe dão a devida assistência. O próprio presidente Franklin Roosevelt não deixou de falar em injustiças da imprensa, embora fosse ele, como dizia Heywood Brown, "o maior jornalista que já havia ocupado a Casa Branca", graças a uma sensibilidade especial, que o advertia das tendências da opinião pública. Por isso mesmo sempre fizera questão de não parecer inimigo da imprensa, embora ela nunca deixasse de criticá-lo.

Já não agiu dessa forma o presidente Nixon, que não poupou esforços para entrar a ação da imprensa, valendo-se até de seu vice-presidente Agnew para ataques que, provavelmente, ele gostaria de fazer. O que de certo não poderia ter qualquer resultado, em face dos termos precisos da primeira emenda à Constituição americana. Nem por isso deixou Nixon de figurar entre os inimigos da imprensa, como nos informa John William Tebbel, no seu livro sobre *Os Meios de Comunicação nos Estados Unidos*.

É difícil, por isso, compreender a referência que o presidente José Sarney acaba de fazer à imunidade fiscal da imprensa brasileira, na importação do papel de que se vale para as suas edições. Será que desejaria suprimi-la? É verdade que tudo não passou de uma simples referência. Mas a verdade é que não tem o sentido de um favor à imprensa brasileira, mas tão-somente surge com compensação ao serviço de informação prestado pelos jornais, na sua atividade de todos os dias.

Como nos ensina Fernand Terrou, num livro excelente, essa missão se tornou, no mundo moderno, uma cooperação indispensável ao exercício das liberdades públicas. Surge como um "suporte de toda a atividade social". Invadindo o campo fechado da publicidade, disputado por tantos interesses contraditórios, Fernand Terrou enumera, entre as funções da imprensa, "a ação crescente dos meios de comunicação como instrumento da direção dos negócios políticos, como órgão de expressão e de controle da opinião pública. Ajunta-se a isso a função que exerce para a formação cívica e para a integração social."

Já se pensou no que poderia ser o mundo moderno, se, de um momento para o outro, desaparecessem todos os jornais? E se calassem as estações de rádio e de televisão? A impressão de vazio tomara conta de todas as inteligências e não custaria muito que o próprio Estado se convencesse de que lhe caberia exercer as funções de substituir os meios de comunicação, com jornais e estações de rádio e de televisão, mantidos à sua custa. Mas quanto teria que despender para o desempenho dessa tarefa, que não seria completa, pois não proporcionaria as condições de um instrumento pluralista, que traduzisse informações dos diferentes setores da sociedade. Ao contrário da atitude defendida pelo Presidente José Sarney, os jornais cumprem com o seu dever sempre que se identificam com a mídia, como reflexo da opinião pública.

* Jornalista e escritor, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, membro da Academia Brasileira de Letras.

Para esquecer Sarney

Fernando Pedreira*

O general João Figueiredo, quando era presidente, notabilizou-se por um estilo curto e grosso e uma maneira de ser que em geral se atribui aos soldados de sua arma, a Cavalaria. O general, ao se despedir da vida pública, talvez por compaixão, pediu aos brasileiros que o esquecessem. Mas, como era possível?

O presidente José Sarney, que o substituiu (e o redimiu) não é da mesma arma. Ao contrário, o atual presidente é poeta (ainda que mau) e escritor. Sofre de insônia, acorda ainda de madrugada e, enquanto espera os convidados para o jerimum da manhã, escreve. Lê e escreve. Assim se fazem, à força de insônia, tédio e persistência, muitos notáveis talentos literários.

Mas o presidente, na verdade, é menos poeta e escritor do que político. Um político assíduo e dedicado, que labutou diligentemente por trinta ou quarenta anos, até chegar ao topo da carreira. Dir-se-á que ele só chegou tão alto graças a um providencial peteleco do destino; mas o fato é que esse peteleco não teria vindo se ele já não tivesse galgado, por seus próprios meios, o penúltimo degrau da escalada.

E eis aí onde entra a célebre ironia do destino. Não se pode dizer que Sarney fosse um mau político. Não: ele foi um deputado opositorista que se destacou pela moderação; elegeu-se depois governador e senador, tornando-se por longos anos dono e senhor da política do seu Estado, o Maranhão. Uma carreira talvez um tanto exageradamente provinciana mas, sem dúvida, competente.

O mal foi o peteleco. A reputação modesta que se havia construído em décadas de trabalho diligente desmoronou numas poucas dúzias de meses. O cidadão José Sarney revelou-se (para surpresa, até, de muitos que o conheciam de perto) um presidente inacreditavelmente incompetente, hesitante, incapaz, fraco e, sobretudo, cheio de uma vaidade tola e vazia que o leva a expor-se desastrosamente, pateticamente (como nessa recente viagem a Paris), em horas em que mais lhe valeriam o recato, o comedimento, o pudor, para não falar da austera modéstia que costuma ser a marca dos servidores públicos decentes e dos verdadeiros homens de Estado.

"Boa romaria faz quem em sua casa fica em paz". O desventurado peteleco da Providência, que elevou Sarney ao topo da montanha, teve pois um duplo e desastroso efeito: revelou nele insuspeitada fraqueza e incomum mediocridade, ao mesmo tempo em que

acendia no seu espírito modesto uma vaidade pouco sensata e a compulsiva necessidade de mostrar ao mundo (e a si próprio) que ele é o oposto do que de fato é: um grande estadista, um chefe de governo decidido e enérgico.

Decorrem daí as viagens e os discursos e entrevistas no rádio e na TV. O presidente é um pífilo malogro nas suas funções específicas mas, em compensação, voa pelo mundo com uma comitiva de grande potência, ombréia em Paris com os poderosos da Terra e, de volta a Brasília, esbraveja valentemente na televisão, dá murros na mesa e faz calar os repórteres que o entrevistam na vã esperança de que essas demonstrações de "autoridade" eletrônica façam esquecer a desmoralização e o descrédito que são a suma verdadeira da sua administração e do seu governo.

"Precisávamos esquecer Sarney. Deixá-lo em paz, de vez. Mas como fazer isso se ele nos bombardeia sem descanso com escândalos, viagens, entrevistas, discursos, medidas provisórias?"

Talvez muitas pessoas não se deem conta disso, mas (apesar dos esforços dos entrevistadores, que fizeram o possível nas circunstâncias) a "entrevista" do presidente na TV Bandeirantes, segunda-feira última, foi uma farsa ainda pior, embora mais barata, do que a viagem a Paris. Em qualquer país do mundo, entrevistar o presidente da República é sempre tarefa delicada e difícil, limitada pelas exigências da etiqueta e do protocolo. No caso brasileiro, entretanto, em que a TV é uma precária concessão do Estado, e onde a maioria das empresas depende, para sobreviver, da "boa vontade" dos grandes bancos estatais e das grandes empresas públicas, talvez o melhor (e o mais honesto) fosse dar simplesmente a palavra ao presidente e deixá-lo falar o que quisesse, como quisesse.

Eis aí um tema que, mais cedo ou mais tarde, terá que ser enfrentado pelos homens de bem deste país, ai incluídos certamente os jornalistas. Como conciliar a (suposta) independência da TV com os nossos hábitos

políticos patrimonialistas e a maciça concentração do crédito e da publicidade nas mãos de bancos e empresas do Estado, isto é, nas mãos dos homens do governo?

Um pouco de *glasnost*, nesse caso, não nos faria mal. A estatização é inimiga da liberdade (e da decência). Na maioria das vezes, ela transforma a liberdade em meia cumplicidade, conluio, compromisso. Num país de princípios frouxos, como o nosso, o mínimo que seria preciso fazer era tirar das mãos dos políticos os cordéis das burras do Estado; tornar a administração do Banco Central e dos bancos oficiais independentes do governo da hora. E, mais ainda, fechar a maioria dessas instituições que só servem para gerar privilégios e bandalheiras variadas.

Neste momento, os efeitos do peteleco que fez Sarney presidente estão sendo mais do que nunca inconvenientes e inoportunos. A poucos meses das eleições e da troca de governo, o que o país precisava era poder voltar-se para o futuro: escolher o melhor candidato à sucessão; discutir as decisões (temíveis) que ele terá que tomar logo ao assumir o poder, e os possíveis caminhos para sair da entalada em que nós meteu a Nova República, com a sua nova Constituição e o seu velho patrimonialismo cartorial.

Precisávamos, pois, esquecer Sarney. Deixá-lo em paz, de uma vez. Mas, como fazer isso se o presidente nos bombardeia sem descanso com escândalos, viagens, entrevistas, discursos, medidas provisórias? Ainda agora, neste final de julho, estão na ordem do dia, além dos ecos da revoada a Paris (e a preparação da próxima), o escândalo da Bolsa (Elmo Camões), a crise no IBC (Robertão), e o escândalo do Itamarati (Fundação Cabot Frio), para não falar do permanente escândalo da inflação e dos preços.

Diante das mazelas do quadro atual e das expectativas que oferece a sucessão, o povo brasileiro certamente se sentiria agradecido se o seu presidente resolvesse, neste crepúsculo de governo, trabalhar em silêncio, portar-se com o comedimento, a reserva e o pudor que suas tristes circunstâncias aconselham.

Assim agindo, com modéstia e compostura, Sarney, quando menos, deixaria mais claro que a culpa não é só dele. Que ele é apenas um membro (e nem sequer dos piores) de uma vasta classe política, ignorante, corrupta e gananciosa, que hoje ocupa a maioria dos governos e prefeituras do país e enche o Congresso e as Assembléias e Câmaras legislativas.

Resta ver se, com um novo maestro, essa orquestra melhora. Seria preciso um Karajan...

* Jornalista